

## INTERSECCIONANDO GÊNERO E RAÇA: O SUJEITO POLÍTICO “MULHERES NEGRAS”

Ana Nery Correia Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** o texto tem por objetivo analisar de que forma mulheres negras militantes, inseridas em determinados grupos de movimento de mulheres negras em São Luís - MA, acionando as marcações de raça e gênero constroem estratégias contra a discriminação racial e de gênero. Nesse sentido, utilizo direcionamentos teóricos em torno das categorias gênero e raça como elementos de marcação/intersecção que ajudam a compreender a construção do sujeito político do feminismo bem como as identidades na contemporaneidade. Essas reflexões se inserem nos estudos pós-coloniais e subalternos, pautados, sobretudo em Hall (2009) e Spivak (2003). Utilizo autoras da temática feminista pós-estruturalista como Butler (2012), que reflete sobre os contornos do sujeito do feminismo e problematiza a categoria mulher, Brah (2006) que apresenta argumentos para compreender a racialização do gênero e os contornos que ainda fazem da “raça” um marcador aparentemente inerradicável de diferença social bem como Bairros (1995), Carneiro (2003) e Werneck (2010) que ajudam a pensar conceitos de identidades, mulheres negras e feminismo negro. Busco identificar assim, em que medida as marcações de raça e gênero são acionadas por essas militantes, como estratégia de combate ao racismo e sexismo.

**Palavras-chave:** Raça. Gênero. Sujeitos. Políticos. Mulher negra. Feminismo Negro.

A investida de militantes do movimento negro e feminista que adentram o campo, acadêmico, sobretudo no século XX, compõe um quadro novo e norteador para o campo científico a que se prepõe, já que passam a construir suas teorias a partir de um lugar específico, produzindo suas teorias com intuito de pensar outros direcionamentos ou mesmo questionar o que se compreende, em nossa sociedade, sobre gênero, sexualidade, raça, corpo, sujeitos políticos e identidades.

Nesse sentido, as teorias de gênero, incluindo suas constantes revisões e remodelações, contribuíram para que os estudos feministas revelassem que, embora as categorias modernas e valores do Iluminismo tais como direitos, igualdade, liberdade, democracia, o discurso humanista da teoria moderna, juntamente com suas noções de Sujeito e Identidade intrinsecamente essencialistas, fundacionistas e universalistas, tenderam a escamotear as especificidades (de gênero, de classe, de raça, de etnia e de orientação sexual, etc.) dos diferentes sujeitos que ocupavam outras fronteiras políticas que aquelas do homem branco, heterossexual, cristão e detentor de propriedades.

Esse debate em torno das questões de gênero ampliam o conceito e provoca reflexões sobre a desconstrução dos binarismos que circundam a oposição masculino-feminino além de trazer

---

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós Graduação Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, campus São Luís – MA.

a cena outras discussões que ampliam as percepções a cerca das identidades construídas socialmente. O padrão heteronormativo e “vertical-global” (HALL, 2009) vigente na sociedade ocidental, vem sendo questionado por esses estudos, na tentativa de uma desconstrução e alargamento de conceitos que tentam engessar ou classificar as identificações que temos de nós ou que direcionamos aos outros.

Não só o debate atual a cerca do gênero como categoria analítica para as Ciências Sociais e Humanas como também o de raça alinhavam direcionamentos outros que podem sugerir contornos mais adequados para se pensar à diversidade e heterogeneidade dos sujeitos na conjuntura contemporânea. Em outra margem, porém não distante desse movimento, os estudos a cerca das relações raciais bem como movimentações pelo direito à diferença, também despontam nesse cenário teórico. Assim, a partir da flexibilização das discussões a cerca das questões raciais e de gênero, os sujeitos políticos que se observam na emergência desses movimentos também se multiplicam.

Ainda sim, mesmo a partir de discussões mais sensíveis e flexibilizadas, podem se encontrados sujeitos não contemplados em tais discussões. Desse modo, o surgimento de engajamentos desses sujeitos na arena dos Movimentos Sociais bem como na Academia, projetaram estudos que se propõe dar conta das especificidades e marcações que permeiam esses grupos.

Amparada por essa reflexão, o artigo que apresento, tem por objetivo discutir alguns direcionamentos teóricos em torno das questões de gênero<sup>2</sup> e raça<sup>3</sup> como elementos de marcação/intersecção<sup>4</sup> das identidades na contemporaneidade. Esses marcadores são apontados no texto como importantes categorias que ajudam a compreender a construção do sujeito político do feminismo, sobretudo o feminismo negro que privilegio no texto.

Para tanto, o referencial teórico utilizado no artigo, anseia privilegiar os estudos e pós-estruturalistas feministas, destacando, sobretudo as categorias raça e gênero, amparadas pela

---

<sup>2</sup> Aqui entendido como construção e identificação que emerge no âmbito das relações sociais. (LOURO, 2004, p. 22). O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são “trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”. Visa, portanto, rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual (LOURO, 2004).

<sup>3</sup> Considero nesse texto, o entendimento dessa categoria a partir da definição de Hall (2009), que compreende que “A categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo (HALL, 2009, p. 66).

<sup>4</sup> As interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desemperramento. (PISCITELLI, 2008, p. 276).

interseccionalidade, conceito de grande relevância nos estudos feministas da contemporaneidade que busca enlaçar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002). Tratando também, da forma como “ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Como aporte teórico, utilizo autoras como Judite Butler, que reflete sobre os contornos do sujeito do feminismo e problematiza a categoria mulher como sendo um conceito que abarca inúmeras heterogeneidades e Avtar Brah que apresenta argumentos para compreender a racialização do gênero e os contornos que ainda fazem da “raça” um marcador aparentemente inerradicável de diferença social.

A partir de um recorte amparado nos estudos pós-coloniais<sup>5</sup>, utilizo Stuart Hall, que discute a identidade como um deslocamento, que se ressignifica e remodela assim como propõe rupturas significativas nas velhas correntes de pensamento onde elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de paradigmas. Busco embasar ainda os conceitos abordados em autoras como Sueli Carneiro e Jurema Werneck que ajudam a pensar conceitos, mulher negra e feminismo negro.

Início o artigo, percorrendo as categorias aqui já indicadas com o intuito de deslindar as marcações/intersecções de raça e gênero que amparam o processo de construção identitário do sujeito político do feminismo negro. Busco ainda evidenciar, a partir das construções teóricas apresentadas e das falas das militantes entrevistadas como essas categorias se constituem como mecanismos de combate ao racismo e sexismo. Por fim apresento algumas considerações propostas pelo artigo, não com o intento de resolver ou findar as questões do qual faz parte, mas pensando em contribuir com o debate sobre os estudos que intercalam raça e gênero como marcações identitárias contemporâneas.

### **Quais identidades e de que sujeitos falamos?**

Stuart Hall (2009) compreende a identidade como um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada. Argumenta ainda que “as identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera” (HALL, 2009, p. 43).

---

<sup>5</sup> Encabeçados por Stuart Hall na Inglaterra a partir da década de 1970, privilegia o lugar de fala descentrado do modelo hegemônico europeu. Na perspectiva dos estudos pós-coloniais, a questão já não é apenas a voz nativa, como a do outro diferente, mas o reconhecimento das condições históricas e políticas de construção de alteridades submetidas a um regime colonial de subalternidade. (CARVALHO, 2001, p. 128).

No contexto em que se vivenciam momentos de conflitos, crises e disputas, por sujeitos que querem delinear seus caminhos de forma independente, reivindicando um lugar de fala autônomo, é possível fotografar um campo propício para a construção de novas e outras identidades. A partir dos estudos pós-coloniais, subalternos<sup>6</sup> e pós-estruturalistas pode-se observar também uma nova roupagem nos estudos a cerca da identidade. Tem sido, portanto, inevitável perceber que,

Precisamos de molduras conceituais que possam tratar plenamente a questão de que os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivos; que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas (BRAH, 2006, p. 369).

A partir dessa discussão, o ponto que mais interessa para fins do objetivo proposto nesse artigo, são as marcações de gênero e raciais, tendo em vista que estas são construções históricas, culturalmente produzidas, engendradas, legitimadas e institucionalizadas e que interseccionadas<sup>7</sup> em determinados contextos, produzem desigualdades, sendo também determinantes na exclusão ou inclusão dos sujeitos. Esses elementos podem ser também observados na fala de Lorde (2009) que evidencio aqui,

Eu nasci Negra, e mulher. Eu estou tentando me tornar a pessoa mais forte. Eu posso voltar a viver a vida que me foi dada e ajudar em mudança efetiva em torno de um futuro vivível para essa terra e para minhas crianças. Como uma Negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças incluindo um garoto e membra de um casal interacial, eu usualmente acho a mim mesma parte de algum grupo no qual a marjoritariedade define-me como desviante, difícil, inferior ou apenas sendo 'errada'. Pela minha pertença em todos esses grupos eu aprendi que opressão e intolerância da diferença vem em todas formas e tamanhos e cores e sexualidades (LORDE, 2009, p. 6).

Nessa fala, podem ser demonstradas diversas marcações, entre elas, gênero, raça, classe, opção política e orientação sexual, que evidenciam a partir da experiência da autora formas distintas de se colocar no meio social, bem como diferentes formas de ativismo político. A partir da leitura e análise desses textos é possível observar a multiplicidade de nuances que circundam a categoria mulher, como também é possível mensurar a complexidade de estabelecer conceitos na esfera social que dê conta de abarcar tais engendramentos.

<sup>6</sup> Nesse artigo procuro compreender as categorias aqui expostas a partir da compreensão desses estudos, amparado, sobretudo em Spivak (2003), que considera que o postulado subalterno evidencia um lugar silenciado onde os sujeitos são postos a partir de uma dita consciência colonial. Dessa forma, a representação hegemônica do dominante impera sobre a lógica do dominado transformando-o em uma “antítese necessária” (Spivak, 2003). A dita “consciência colonial” cria uma representação do sujeito do terceiro mundo, sempre reproduzido e representado dentro do discurso hegemônico “de fora”. As teorias europeias e os grandes centros e conhecimentos passam a ser questionados.

<sup>7</sup> Referencio o termo a partir do exposto por Kimberlé Crenshaw, que ressalta que o mesmo “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p.177).

Desse modo, pensar as identidades que atravessam gênero e raça é também desafiar as constituições dos sujeitos múltiplos que reivindicam para si tais marcações. A produção da auto identificação racial ou de gênero perpassa não somente a categorização de si que se estabelece a partir da identificação com o outro, mas, também, pela construção e escolha que o ator social faz da sua identidade, a partir da sua trajetória de vida e do seu processo de individualização.

É perceptível a compreensão dessa marcação identitária no depoimento de uma militante do Movimento de Mulheres Negras em São Luís - MA ao falar da sua compreensão de si,

Então, nesse lugar de mulher negra, é o recorte que eu dou pra minha realidade, é isso que faz que eu seja Dandara. É a consciência que eu tenho dessa realidade particular de herança emocional que eu recebo de lá de traz e aqui de onde eu estou o que eu vejo na minha frente, o que a minha consciência permite. Eu quando eu falo, Dandara, enquanto mulher negra, é por que dentro do total eu faço esse recorte por que é isso que eu consigo ver. É como eu vejo, sinto percebo a realidade que eu to vivendo a partir da minha história pessoal e daquilo que eu consegui elabora a nível e inconsciente consciente. Quando você fala do lugar que você ocupa, você fala da história do lugar que você ocupa. Então eu aprendi a ser Dandara, uma mulher negra brasileira<sup>8</sup>.

A partir do exposto na fala acima, referencio Gomes (2002), para reforçar o entendimento de que a identidade é historicamente construída em meio a uma série de mediações que diferem de cultura para cultura.

No caso do recorte feito para a escrita deste artigo, é importante pensar a categoria *mulheres negras* como sujeitos políticos do feminismo tendo em vista que, como argumenta Bairros (1995), esta categoria é construída a partir da experiência de ser negro (vivida “através” do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça). Para tanto, utilizo ainda a argumentação proposta por Carneiro (2003), para embasar tal investida quando fala que,

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, por que nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalha! Fazemos patê de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? (CARNEIRO, 2003, p. 50).

A partir da análise de Carneiro é possível pensar uma identidade reivindicada de mulher negra que se constitui como sujeito histórico político. Mesmo não abarcando toda a especificidade em torno das mulheres negras, a compreensão proposta pela autora, é relevante para embasar o sujeito político que se pretende demarcar no texto.

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Dandara (identidade do sujeito preservada) a Ana Nery C. Lima em junho de 2013.

No entanto, construir uma reflexão sobre o sujeito do feminismo é trilhar caminhos complexos já que este deve dar conta de abarcar uma gama extensa de complexidades e diversidades. Para Butler (2012) este sujeito é entendido sempre como algo que é construído discursivamente, em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizões, sendo, portanto, sempre contingente e discursivo.

Butler propõe a desconstrução das categorias fixas apontando para a problemática da sociedade ocidental em necessitar estabelecer uma identidade ou classificação por conta do padrão heteronormativo. Nesse sentido, critica o sujeito do humanismo, visto como universal e único. Ao problematizar esse sujeito, a autora lança mão de questionamentos sobre o sujeito do feminismo como categoria que abarca diversas identidades.

Nesse contexto, a autora argumenta que “além das ficções “fundacionalistas” que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum” (BUTLER, 2012, p. 20). A universalização de termos como *feminismo* e *mulheres* é posta em evidência por Butler, já que tais categorizações deixam de fora as marcações e especificidades que tentam abarcar.

Ainda na discussão proposta por Butler, mesmo dada à atenção para as marcações existentes no campo que circunda a categoria mulher ainda sim esta se apresenta como insuficiente já que não preenche o todo significante ou a realidade que carrega. Partindo dessa reflexão, é possível trazer o questionamento proposto por Scott (2005): “seria qualquer categoria grande o suficiente para abarcar os diferentes tipos de pessoas que inclui?” (p13-14).

Utilizando ainda a discussão de Butler, percebe-se a importância de tentar compreender as matrizes de identidades como construções sociais que não abarcam os sujeitos a que são direcionados. No entanto, compreendendo também que cada sujeito requer para si, em toda sociedade, alguma identificação, esta pode ser definida também como um “efeito de práticas discursivas” (BUTLER, 2012, p. 39).

Butler reconhece que o gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente - raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc. – motivo que torna impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. Afirma também que o gênero não se constitui de modo coerente ou consistente em diversos contextos históricos.

Assim, tanto a perspectiva de gênero como a de raça são marcações que atravessam o sujeito político do feminismo. Algumas dessas intersecções são observadas na fala de uma militante do Movimento de Mulheres Negras em São Luís ao relatar sua inserção no movimento,

“a minha origem né, é do movimento negro, desde os 15 anos militando e tal dentro do movimento negro, conheci o Bakari dentro do movimento negro, o movimento negro unificado, o MNU, enfim, né assim, a minha ideologia sempre veio do movimento negro e chegando no Maranhão eu fui para o CCN, aí convidaram pra que eu fosse conhecer o grupo de mulheres da Ilha, eu fui, comecei a ir, mas sempre buscando a questão étnico-racial, por que realmente depois do movimento político era o que mais me chamava atenção. E aí, essa coisa pra mim sempre foi muito forte, a questão da negritude”<sup>9</sup>.

Assim, no bojo das discussões a cerca da identidade e da construção dos sujeitos políticos contemporâneos, Hall (2009) propõe uma opção eficaz ao elucidar que a alternativa não “é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de “pertencimento cultural”, mas abarcar os processos mais amplos – o jogo da semelhança e da diferença – que estão transformando a cultura no mundo inteiro” (HALL, 2009, p. 45). Nesse sentido, pensar “sujeitos políticos do feminismo” destacando suas (de)marcações consiste um jogo duplo onde ao mesmo tempo esses sujeitos são produzidos e reproduzidos na tentativa de eliminar suas proposições engessadas.

Detenho-me no tópico seguinte pensar mulheres negras como sujeito político do feminismo, utilizando para tanto autoras feministas negras que se propõem conceituar e situar essas categorias na arena do debate teórico sobre o tema. Mais que teóricas do gênero, tais autoras se identificam e escrevem também como militantes do movimento de mulheres negras cujo mote político se assenta no combate ao racismo e sexismo.

### **Interseccionando gênero e raça: o sujeito político “mulheres negras”**

Os chamados feminismos negros entram em cena para dar relevância e voz à história das mulheres negras que também se constituem sujeitos políticos de direitos na arena social, porém têm suas questões colocadas à margem da gramática de reivindicações. Para Brah (2006),

O negro do “feminismo negro” inscrevia uma multiplicidade de experiências ainda que articulasse uma posição particular de sujeito feminista. Além disso, ao trazer para o primeiro plano uma ampla gama de experiências diaspóricas em sua especificidade tanto local quanto global, o feminismo negro representava a vida negra em toda sua plenitude, criatividade e complexidade (BRAH, 2006, p.357).

As ações e as produções teóricas que emergem a partir desse movimento, encabeçados por essas feministas negras, dão suporte para que se propaguem novas formas de compreender as

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Dandara (identidade do sujeito preservada) a Ana Nery C. Lima em junho de 2013.

mulheres negras como sujeitos de direitos e sujeitos políticos capazes de construir suas próprias pautas de reivindicações bem como suas próprias histórias. Essas reflexões são observadas na fala de uma das fundadoras de um grupo de Mulheres Negras em São Luís – MA, quando enfatiza que,

Agora nós mulheres negras somos autônomas, nós pensamos com as nossas cabeças, sentimos com os nossos órgãos e vivemos aquilo que queremos viver e vamos escrever e ver qual é a nossa fatia do poder, então tudo isso né, nesse poder político que está instituído<sup>10</sup>.

No bojo desse movimento, as militantes-teóricas do movimento negro, passaram a reclamar as marcações de raça no ceio dos grupos ou nas teorias produzidas sobre o tema. Sobre essa experiência Carneiro (2003) ressalta que,

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Observa-se nesse fragmento que as questões sociais que as mulheres negras são submetidas é diferente das mulheres não negras, o que cria muitas vezes um fosso na concepção e prática de políticas públicas voltadas para mulheres. Noutro ponto, o Movimento Negro, que encabeça a pauta de reivindicações no que tange a luta para erradicação das desigualdades de raça e contra a discriminação racial no país muitas vezes pretere as necessidades das mulheres negras e suas especificidades. Tal argumento é perceptível na fala da entrevistada Dandara,

[...] agente queria que o movimento negro apesar de considerar né, essa diferença essa intersecção que fica né, as mulheres negras né, a gente ficava tanto no movimento negro quanto no movimento de mulheres, mas a gente tinha nossa especificidade que a gente gostaria de amadurecer e crescer nesse sentido<sup>11</sup>.

Observa-se a partir do exposto que nos estudos de gênero bem como nas ações implementadas por esse segmento as questões das mulheres negras foi em grande parte negligenciada, denotando a invisibilidade da categoria “raça” como marcador social. Nesse sentido, Werneck (2010), destaca que,

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Ainda no que se refere a esse segmento, é observada também a atenção escassa ou mesmo a negligência dada às relações de gênero no interior do movimento negro. A partir de um movimento de embate, mulheres negras militantes se propuseram a questionar tais práticas

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Dandara (identidade do sujeito preservada) a Ana Nery C. Lima em junho de 2013.

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Dandara (identidade do sujeito preservada) a Ana Nery C. Lima em junho de 2013.



excludentes. Tais embates são evidenciados na fala da entrevistada Malia, quando fala sobre as movimentações em São Luís do Maranhão para criação de um grupo de Mulheres Negras frente a uma instituição de movimento negro já existente na cidade,

[...] houve resistência né, sabe, e como a gente vive muito nessa coisa de separação, então tem a competição, né, não nós somos melhores que elas, nós somos os mais fortes, os mais inteligentes, os mais capazes, isso tem, isso teve sim, mas eles tiveram que engolir por que fazia parte da estrutura, da organização da instituição, sabe<sup>12</sup>.

Sobre as movimentações em relação às militantes do feminismo negro Brah (2006), argumenta que,

O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária. Isso quer dizer que, embora constituído em torno da problemática da “raça”, o feminismo negro desafia performativamente os limites de sua constituição (p.357-358).

Para Carneiro (2003), as mulheres negras se empenharam numa dupla via de luta, uma de “enegrecer” a agenda do movimento feminista e outra de “sexualizar” a pauta do movimento negro, originando uma diversidade nas percepções e nas práticas políticas desses segmentos, que perpassou e perpassa uma dupla perspectiva, tanto na afirmação de outros e de novos sujeitos políticos quanto na reivindicação de um reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses sujeitos. Referencio ainda a mesma autora para embasar o conceito de feminismo negro, quando ressalta que,

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, p. 51)

O conceito apresentado por Carneiro faz compreender que o racismo determina também as relações de gênero e que coloca em questão o objetivo da luta feminista negra na arena social. No entanto, destaco também, o conceito de Sebastião (2010) que referencia o feminismo negro no Brasil como sendo,

O movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas. O feminismo negro é um conceito que vem sendo forjado na luta do movimento de mulheres negras pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto da luta feminista e do combate ao racismo. (Sebastião, 2010, p.34).

Nesse sentido, é importante enxergar as marcações de racismo e o sexismo como um a série de efeitos que não possuem uma única causa. Pois, ao se assumir uma posição política

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Malia (identidade do sujeito preservada) a Ana Nery C. Lima em junho de 2013.

específica significa que se está fazendo certas suposições sobre a natureza dos vários processos que sublinham um fenômeno social, de que um evento particular pode ser um efeito.

Visibilizar o sujeito político “mulheres negras” na arena dos estudos de gênero, analisados à luz das ciências sociais, se constitui como um importante elemento no contexto das propostas que desafiam o próprio campo das ciências sociais, justamente por ousar supor questões nem sempre levadas em conta no cerne desse debate acadêmico.

Essas mudanças de olhares e perspectivas refletem não somente os resultados do próprio trabalho intelectual bem como na maneira como os desenvolvimentos e as transformações históricas de fato são apropriadas no pensamento, e fornecem a este, não uma garantia de correção, mas orientações suas basilares, suas condições de existência (HALL, 2009).

A perspectiva de novos olhares e novos lugares de fala iniciam assim diferentes construções no jogo instituído pelo saber científico.

### **Algumas Considerações**

A partir do exposto neste artigo, é possível compreender, que a construção de uma identidade pautada a partir das relações de gênero e raça se apresenta como um caminho mais descontínuo que linear. Nesse sentido, embora as reflexões aqui sustentadas privilegiem as mulheres negras como sujeito político do feminismo para fins de análise, penso ser importante também frisar a fala Carneiro (2003), quando menciona que, “ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra” (CARNEIRO, 2003, p. 57). Nesse sentido, “alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta” (CARNEIRO, 2003, p. 57).

Destaco também, como ponto importante a ser ressaltado no debate proposto aqui, pensar como as relações entre gêneros e as raciais são construções históricas e culturalmente produzidas, engendradas, legitimadas e institucionalizadas. Dessa forma, é possível conjeturar novos direcionamentos, onde os espaços políticos e a produção teórica podem ser conquistadas e ocupadas por uma gama cada vez mais diversa de sujeitos, cujas marcações são também as mais variadas possíveis sem que antes estas/es sejam preliminarmente hierarquizadas/os e determinadas/os.

Desse modo, é importante fazer compreender que os feminismos, bem como as identidades que o circundam, não devem ser vistos como categorias essencialmente fixas e em

oposição, mas antes como campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais (BRAH, 2006). Deve-se analisar, portanto, a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica do poder da diferenciação social. Através desse caminho, tem sido visível perceber, que um dos objetivos mais marcantes do feminismo é o fato de mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero (BRAH, 2006).

Assim, é perceptível a partir das experiências compartilhadas em pesquisa nas leituras teóricas, bem como nas vivências no campo da militância que as variadas identificações que perpassam a constituição de sujeito carregam consigo diversas marcações, sejam elas de raça, etnia, classe, gênero, território, entre outras, o que permite caracterizar esse processo como um mosaico de formas e contornos diversificados e assimétricos, tendo em vista sua amplitude e heterogeneidade.

## Referências

BAIROS, Luíza. **Nossos Feminismos Revisitados**. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org). Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, v.3 n. 3, 1995.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pg. 329-376.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação).

\_\_\_\_\_. **Mulheres em movimento**. In: Estudos Avançados, 17(49), 2003.

CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Revistas Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 7, nº 15, p. 107-147, julho de 2001.

DANDARA. **Entrevista sobre militância feminina no movimento de mulheres negras em São Luís – MA**. Campinas, junho de 2013.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovick. Tradução de Adelaine La Guardia Resende... [et al]. 1ª Ed atualizada. Belo Horizonte: Editora IFMG, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Ano 10, 1º semestre, 2002.

LORDE, Audre. **Textos escolhidos**. Disponível em: <difusionfeminista@riseup.net> Acesos em 10 de janeiro de 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAILA. **Entrevista sobre militância feminina no movimento de mulheres negras em São Luís – MA**. São Paulo, junho de 2013.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e cultura, Vol. 11, Núm. 2, julio-diciembre, 2008, pp. 263-274. Universidade Federal de Goiás.

SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. **Feminismo Negro e suas práticas no campo da cultura**. Revista da ABPN, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.

SPIVAK, Gayatri. **Puede hablar el subalterno?** Revista Colombiana de Antropología, v. 39, enero-diciembre 2003, p. 297-364.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da ABPN, vol. 1, n. 1, mar-jun 2010.

### **Intersecting race and gender: the subject political "black women"**

Abstract: The paper aims to examine how black women activists, inserted in certain groups of black women's movement in São Luís - MA, triggering the markings of race and gender construct strategies against racial discrimination and gender. In this sense, I use theoretical directions around the categories of gender and race as markup elements / intersection that help to understand the construction of the subject of feminism and political identities in contemporary times. These reflections are inserted in postcolonial studies and subaltern, guided, especially in Hall (2009) and Spivak (2003). Authors use the theme feminist poststructuralist as Butler (2012), which reflects on the contours of the subject of feminism and problematizes the category woman, Brah (2006) which presents arguments to understand the racialization of gender and the contours of that still do "race" apparently ineradicable a marker of social difference and Bairros (1995), Carneiro (2003) and Werneck (2010) that help thinking concepts of identity, black women and black feminism. I try to identify so, to what extent the markings of race and gender are triggered by these militants as a strategy to combat racism and sexism.

**Keywords:** Race. Genre. Subject. Politicians. Black woman. Black feminism.